UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS - ESAG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Curso: DOUTORADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO

Área de Especialidade: Políticas Públicas e Desenvolvimento

COALIZÕES DE DEFESA DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM FLORIANÓPOLIS E SUAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA NA FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

070.486.569-64

Florianópolis
2024

PROPOSTA DE PESQUISA: COALIZÕES DE DEFESA DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS E SUAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO COLETIVA NA FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA.

1 - INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA, DEFINIÇÃO DO PROBLEMA, OBJETIVOS

O tema foi escolhido com a intenção de estudar as coalizões de defesa pertinentes à área de assistência social no município de Florianópolis e suas estratégias de ação coletiva na formação de políticas públicas para pessoas em situação de rua (PSR), com fulcro no modelo de coalizões de defesa (MCD), proposto em primeiro plano no ano de 1988, por Sabatier e Jenkins-Smith. O modelo busca abranger o transcurso político baseado no enredo da política pública. Segundo Weible e Sabatier (2009), este modelo tem como base a integração das etapas do ciclo de políticas públicas idealizado por Harold Lasswell com foco na criação da agenda ou ainda na definição dos problemas, formulação, implementação e avaliação da política, o estudo ainda será acrescido das lentes teóricas da Lógica da Ação Coletiva desenvolvida por Olson (1999).

A primordial categoria de análise do modelo MCD são as coalizões de defesa, o enfoque é corporificado não somente a aprendizagem e o comportamento das coalizões participantes, como também as mudanças na política nos decursos de tempo.

Outros aspectos analisados são os casos de pessoas em situação de rua no município de Florianópolis, de modo especial ao cotejar a recente legislação sancionada no Município, trata-se do projeto de lei n.º 19044/2024 aprovado pela câmara e sancionado pelo Prefeito, que por consequência se tornou a lei n.º 11.134, de 01 de março de 2024 que dispõe sobre a internação humanizada no município de Florianópolis, além de oferecer outras providências.

Ao verificar a forma como foi conduzido o processo de implantação da referida lei no ordenamento jurídico municipal, alguns aspectos merecem destaque em relação à implementação das regras, seus resultados, ou seja, a prática de internações involuntárias.

Outrossim, a fim de analisar os aspectos da política pública de assistência à saúde em Florianópolis para PSR e o crescente número de casos, ainda com disposição de compreender seus aspectos a pesquisa é efetuada nos moldes do método de estudo de caso de caráter único, com abordagem qualitativa, usa-se, portanto, como meios de

investigação a pesquisa documental, bibliográfica, de campo (entrevistas), com caráter exploratório e descritivo de modo a seguir o método de pesquisa elencado por Yin (2010).

Com isso, utilizar-se-á a triangulação entre métodos, ao depurar os dados obtidos com abordagem quantitativa e técnica de estatística descritiva, com intuito de valorar o impacto da política pública e relacionar as possíveis coalizões de defesa criadas em torno criação da agenda da política analisada.

Por oportuno, face as informações levantadas, apresenta-se como pergunta de pesquisa: De que modo surgem as estratégias de ação coletiva das coalizões de defesa concernentes à assistência à saúde em Florianópolis para PSR?

Para elucidar a indagação alhures, propõe-se como como objetivo geral:

Analisar a agenda de políticas públicas em relação as pessoas em situação de rua no município de Florianópolis, com enfoque após a implementação das regras dispostas lei n. 11.134, de 01 de março, sob a óptica do modelo de análise de coalizão de defesas.

Com intuito de dissecar o objetivo geral, os subsequentes objetivos específicos foram propostos:

a) Analisar a estrutura projeto de lei n.º 19044/2024 e seus impactos no ordenamento jurídico;

b) Analisar as estratégias de ação coletiva adotadas pelas coalizões de defesa da assistência à saúde em Florianópolis para PSR;

c) Discorrer acerca do arcabouço histórico presente no tema, além das razões do sancionamento do projeto da lei n.º 11.134/2024;

d) Aplicar o modelo de coalizão de defesas como ferramenta de análise da formação da agenda do problema sugerido;

e) Sob a óptica do modelo de coalizão de defesas, verificar possíveis coalizões que foram formadas e identificar os atores envolvidos no subsistema de assistência à saúde Florianópolis.

1.2 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

Com intuito de delinear o percurso indutivo metodológico deste projeto e chegar aos objetivos acima citados, definiu-se a edificação dos pressupostos da pesquisa a seguir:

• P1: A dificuldade de ação coletiva existe em razão da quantidade de atores envolvidos na assistência à saúde em Florianópolis;

• P2: A escassez de ação coletiva é motivada pela dispersão dos atores no setor de assistência à saúde de Florianópolis;

• P3: Não há coadunação de crenças entre os diferentes atores da assistência à Saúde em Florianópolis;

• P4: Não existe convergência de interesses entre os diferentes atores das políticas públicas para PSR;

• P5: O número de stakeholders, a disparidade e a falta de convergência de interesses dificultam a manutenção de "advocacys coalitions" na política pública de PSR em Florianópolis;

• P6: O projeto de lei n.º 19044/2024 viola a ordem legal e constitucional;

• P7: O projeto de lei n.º 19044/2024 versa sobre uma forma de "higienização social" do ambiente urbano de Florianópolis.

Para construir o estudo em tela, assumiu-se como pertinente a teoria exposta no enquadramento teórico evidenciada no artigo elaborado por Sabatier e Jenkins-Smith (1988), como base sólida para a compreensão das mudanças na agenda de política pública que regulam o cenário da política pública em torno das PSR em Florianópolis, os atores, *stakeholders* e instituições envolvidas, seus interesses e as mazelas encontradas para que haja unicidade e, com isso facilitação para a elaboração da política pública.

1.3 MOTIVAÇÃO DO ESTUDO

O Modelo de coalização de Defesas é um enquadramento teórico que segundo Sabatier e Weible (2009) busca explicar racionalmente o processo de formulação de políticas públicas, tendo se mostrado útil em diversos contextos e em diferentes níveis governamentais. No entanto, sua aplicação parece ser pouco explorada, em pesquisas acadêmicas brasileiras.

Nesse condão, a lacuna teórica se demonstrará no sentido de que não há trabalho anterior que relacione a temática de política pública para PSR em Florianópolis unido ao enquadramento teórico do MCD proposto neste estudo.

Vale dizer, ainda, que a temática envolvida na pesquisa está em voga no ambiente Florianopolitano e nacional, a mídia deu particular atenção ao projeto de lei perscrutado neste estudo, a Agencia Brasil (2024) e ainda o Consultor Jurídico (2024) são exemplos, em razão disso propõe-se que o trabalho fará um serviço de adequação de interesse público para o mundo acadêmico.

Além disso, a aplicação do MCD no contexto das PSR e suas coalizões permitirá uma abordagem interdisciplinar, integrando conceitos da ciência política, direito, sociologia e economia, possibilitando uma compreensão holística e abrangente das interações entre os atores envolvidos no processo de política pública.

Espera-se, portanto, que esta pesquisa contribua para a construção de conhecimento científico na área de Administração, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a compreensão e análise dos mecanismos de influência política e estratégica, bem como para o aprimoramento das práticas de gestão e formulação de políticas, tornando-se relevante tanto no âmbito acadêmico quanto para os diversos setores da sociedade que atuam em meio a processos decisórios complexos.

Ademais, o assunto estudado vem ao encontro da história acadêmica e profissional do Autor, na medida em que este é advogado e detém graduação em direito e em administração pública com especialização em Direito Constitucional e está no processo final no Mestrado Acadêmico em Administração, o que coaduna com o tema do trabalho e fustiga o interesse em continuar a evolução na academia no âmbito do estudo.

Dessarte, ainda, ao estudar o tema supramencionado poder-se-á oferecer base para futuros estudos na seara de políticas públicas em específico na área representação do interesse público, de igual modo, aplicar o método de análise de coalizão de defesa é pretendida adequação ao interesse de pesquisa do grupo Callipolis.

Ante o exposto, procura-se compreender uma parte do cenário das PSR no contexto Florianopolitano, tema de extrema importância nas políticas públicas, visto que é inserto na Constituição Federal o direito à moradia que foi previsto de forma expressa por meio da edição da Emenda Constitucional nº 26, em 14 de fevereiro de 2000. Essa Emenda Constitucional consagrou no artigo 6º, da Constituição Federal, o direito humano fundamental à moradia, como um direito social fundamental do cidadão.

Na procura operada no Portal de Periódicos da Capes (CAPES, 2024), a partir da seleção do termo “Advocacy Coalition” para todos os tipos de produção científica, no idioma português é encontrado apenas 79 pesquisas. Dessas pesquisas, somente 22 utilizaram como enquadramento teórico de análise a ACF, e nenhuma é realizada no contexto das PSR em Florianópolis.

Por fim, busca-se realizar esse estudo sobre as PSR em Florianópolis a fim de proporcionar visão ampla e racional da política pública na Cidade, por isso se escolheu o enquadramento teórico, como faz o MCD, que possibilita utilizar os sistemas de crenças dos atores envolvidos na formação de agenda do problema escolhido a partir da legislação definida como ponto nevrálgico.

2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PRELIMINAR

No que segue, será abarcado o conceito e explanação acerca do enquadramento teórico do MCD, além de discorrer sobre da caracterização dos envolvidos no subsistema de política pública estudado.

2.1 O MODELO DE COALIZÃO DE DEFESA

Criado por Sabatier e Jenkins-Smith nos idos dos anos 80, o modelo de coalizão de defesa é um enquadramento teórico com a intenção de verificar a existência de grupos heterogêneos que formam alianças com interesses e objetivos semelhantes.

De acordo com Sabatier e Weible (2009) o modelo foi criado em resposta à ausência de método científico e informações técnicas no processo de formação de políticas públicas e ainda, como argumento face ao debate entre modelos *Top-Down* e *Bottom-Up* e às limitações heurísticas do ciclo de política pública.

Os autores criticam o ciclo das políticas públicas e o modelo da “lata de lixo”, ambos pela sua limitada capacidade de explicar por que ocorrem as mudanças. A separação entre a “formação da agenda” e o “processo de formulação de política” é considerada por eles irrealista e insatisfatória para sustentar uma explicação causal, Jenkins-Smith e Sabatier (1993)

O modelo se baseia em três pilares: (a) a suposição de que a maior parte da conformação de políticas públicas ocorre entre especialistas dentro de um subsistema de políticas, mas que seu comportamento é afetado por fatores do amplo sistema político e socioeconômico; (b) um "modelo do indivíduo" fortemente baseado na psicologia social;

e (c) a convicção de que a melhor maneira de lidar com a multiplicidade de atores em um subsistema é agregá-los em "coalizões de defesa".

Essas bases, por sua vez, afetam as variáveis dependentes, crença e mudança em políticas públicas, por meio de quatro caminhos críticos: (a) aprendizagem orientada por políticas; (b) perturbações externas; e, alternativamente, (c) choques internos e externos que redistribuem recursos políticos críticos; e (d) choques internos que confirmam crenças profundas em coalizões minoritárias e lançam dúvidas sobre as crenças da coalizão dominante (WEIBLE; SABATIER, 2007).

Nesse sentido, Dias (2005, p. 30) dilucida que as coalizões de defesa (Modelo de Coalizões de Defesa, doravante chamadas MCD) “podem ser entendidas como grupos de atores que se organizam, formal ou informalmente, com o objetivo de exercer pressão sobre uma determinada política pública, e assim, influenciar seu resultado”.

Diante o aludido por Jenkins-Smith e Sabatier (1993), uma das proposições fundamentais do MCD é que as coalizões de defesa procuram modificar o comportamento das instituições governamentais, a fim de alcançar os objetivos políticos.

Outrossim, o modelo de coalizão discutido aqui promove um direcionamento do aprendizado e do comportamento dessas coalizões, na projeção das alterações do que se pretende dentro da política, em longos espaços de tempo, Sabatier e Weible (2009) citaram o interregno de 10 anos ou mais para entender mudanças de política pública, prazo este que não será respeitado neste estudo, porquanto são consideradas as limitações Brasileiras, mormente no sentido de que as políticas públicas são recentes a partir da redemocratização do País.

De outra vereda, válido pontuar que os doutrinadores Sabatier e Jenkins-Smith (1999) sinalizam que as coalizões são classificadas como *framework* (um enquadramento teórico) e não como uma teoria no seu sentido ordinário.

Nessa toada, Sabatier e Jenkins-Smith (1999, p. 154-155) parecem concordar com a diferenciação entre frameworks, teorias e modelos sugerida posteriormente por Ostrom (2005, p. 27), que classifica o MCD não como uma teoria propriamente dita, que impõe princípios precisos sobre uma gama limitada com padrões mutáveis, mas como um quadro teórico de maior amplitude, proporcionando sustentação analítica para o desenvolvimento de teorias de médio alcance.

Ao seguir os ensinamentos dos autores, o MCD parte do princípio de que as políticas públicas resultam, fundamentalmente, da interação entre coalizões de atores individuais ou coletivos que compartilham determinadas crenças comuns, formando as chamadas coalizões de defesa.

Segundo Sabatier (1998), a estrutura das coalizões de defesa desempenha um papel crucial nos processos políticos. Isto é ainda apoiado por Weible, Sabatier e Jenkins-Smith (2010), que enfatizam a importância da inovação e da clareza nas coligações de defesa de direitos.

Sabatier e Weible (2007, p. 204 – 205) sinalizam que os caminho para a mudança de política em um subsistema, advém de eventos externos do subsistema, do aprendizado orientado para políticas públicas, das Mudanças e revisões do objetivo, dos Eventos internos do subsistema e da Resolução de disputas.

De modo específico, coalizão de defesa é um conjunto de atores heterogêneos (representantes eleitos e funcionários públicos, líderes de grupos de interesse, pesquisadores, intelectuais etc.), que acreditam em um determinado sistema de crenças, valores, ideias, objetivos políticos, formas de perceber os problemas políticos, preferências políticas, pressupostos causais, demonstrando um grau extraordinário de ações coordenadas no decorrer do tempo nos moldes do ensinado por Sabatier (1988, p. 139).

Sabatier e Jenkins-Smith (2007) explicam que o MCD é um modelo de análise de políticas públicas que busca compreender de forma racional as mudanças que ocorrem nas políticas públicas e o aprendizado decorrente de seu processo de implementação. Adota a premissa de que o processo de elaboração de políticas públicas é complexo e, portanto, quem deseja exercer alguma influência nesse processo precisa se especializar. Essa especialização ocorre em subsistemas de políticas, cujos participantes buscam influenciar regularmente as políticas públicas de seu interesse. Dessa forma, o MCD abarca o subsistema de política como sua unidade de análise.

De acordo com Sabatier e Weible (2009), o conceito de racionalidade adotado pelo enquadramento teórico é o disposto por Lord, Ross e Lepper (1979), ou seja, consideram que a racionalidade do MCD especifica um modelo em que o indivíduo é racionalmente limitado.

Todavia, segundo Silveira (2007), na realidade a racionalidade plena e objetiva não é alcançada em razão da incapacidade humana de conceber todos os conhecimentos em cada linha de conduta possível. Além disso, March e Simon (1972) apontam que não é alcançável sopesar a totalidade das possibilidades; apenas é viável o conhecimento de uma parcela dessas alternativas.

Nesse sentido, para os autores do MCD os seres humanos têm habilidades restritas para processar estímulos, além disso, usa as crenças como principal heurística para simplificar, filtrar e, por vezes, distorcer estímulos, e ainda se lembra de perdas mais do que ganhos.

Para o MCD, as coalizões são criadas ao redor de crenças, convicções, opiniões, ideias e objetivos partilhados pelos atores envolvidos no processo de política pública. Esse conjunto de convicções e ideias, atrelado aos recursos políticos, auxiliam na demarcação das coalizões e materializa os objetivos e interesses.

O presente estudo, segue, portanto, a hierarquização das crenças/convicções que é disposta no sentido, de que as convicções de núcleo profundo são menos propensas a mudanças, as convicções de núcleo político têm média susceptibilidade a mudanças e os aspectos secundários são mais propensos a sofrer alterações.

De modo precípuo para o estudo vale dizer que, segundo Jenkins-Smith e Sabatier (1993), a mudança de regramento legal é um dos parâmetros relativamente estáveis para a alteração no subsistema de política pública, ou seja, não acontece com frequência, mas tem o poder de alterar os recursos dos atores envolvidos.

Estes parâmetros relativamente estáveis, como a natureza do bem, a distribuição básica dos recursos naturais, os valores culturais fundamentais, a estrutura social e a estrutura jurídica básica, impõem limitações significativas às opções disponíveis para os intervenientes do subsistema (JENKINS-SMITH; SABATIER, 1993).

Neste ínterim, foram identificados seis tipos de recursos utilizados por coalizões: Participação de atores com autoridade formal institucionalizada; Opinião pública; Informações; Mobilização de tropas; Recursos financeiros; Liderança (SABATIER; WEIBLE, 2007).

Destarte, o MCD versa sobre associação de pessoas com objetivos em comum, sendo necessário a diversidades de atores para que haja uma implicação na Política

Pública. Desse modo, será discutido sob a óptica do MCD o possível impacto da Lei nº 11.144 na agenda de política pública de Florianópolis, especialmente na área de PSR.

2.2 AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Consoante Kingdon (1995), a palavra agenda tem diversos usos, ainda no contexto da política governamental, mas de acordo com ele é a lista de assuntos ou problemas aos quais os funcionários governamentais, e pessoas fora do governo intimamente associadas a esses funcionários, estão prestando muita atenção em qualquer momento.

Nesse sentido, Kingdon (1995) aduz que do conjunto de todos os assuntos pensáveis aos quais os políticos poderiam estar prestando atenção, eles de fato se preocupam seriamente com alguns em vez de outros. Assim, o processo de definição da agenda restringe este conjunto de assuntos concebíveis ao conjunto que realmente se torna o foco da atenção.

A agenda de políticas públicas é permeada por uma diversidade de atores. Howlett et al. (2013) comentam que a política pública tem o condão de especificar que o ator da *policy-making* é uma definição escolhida do governo, que pode gerar efeitos intencionais ou não. Portanto, é uma decisão primordial, a qual é tomada por políticos eleitos e funcionários oficiais.

Conforme afirmado por Lindblom (1981), os atos administrativos que implementam ou modificam políticas são considerados parte integrante do processo de sua construção. Devido à impossibilidade de elaborar um texto legal que abranja todas as necessidades, os responsáveis pela administração determinam os elementos das concepções que são apenas esboçadas por esse texto.

Nessa acepção, Kingdon (1995) erudi que correndo independentemente dos problemas públicos está a corrente política, integrada com os fatores a exemplo do humor público, campanhas de grupos de pressão, resultados eleitorais, distribuições partidárias ou ideológicas no Congresso e mudanças de administração. Isso tudo, de modo independente ao que acontece na comunidade de especialistas, ocorrem eventos como uma nova maioria no Congresso ou uma nova administração de atores que podem modificar a agenda.

2.3 ATORES ENVOLVIDOS NO SUBSISTEMA

Segundo Secchi (2013, p. 99) “os atores relevantes em um processo de política pública são aqueles capazes de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública”.

Os estudos iniciados por Hunter (1953), lançaram as bases para uma arena competitiva entre sociólogos e cientistas políticos nas suas tentativas de resolver o problema do poder. Na época em que o pluralismo dominava as mentes dos cientistas sociais americanos, era um estruturalista declarado. Para ele, a questão do poder girava em torno de indivíduos e grupos envolvidos em relações em que ambos tinham controle e eram controlados.

C. Wright Mills, um sociólogo proeminente, publicou "The Power Elite" em 1956, emergindo como uma voz influente na compreensão da dinâmica do poder na sociedade americana. Mills (1956) argumentou que o poder estava concentrado num pequeno grupo de indivíduos interligados e influentes de três instituições principais: a política, a econômica e a militar. Estas elites, segundo Mills, possuíam imensa autoridade de tomada de decisão, determinando o curso das políticas nacionais e exercendo um controle significativo sobre a vida dos cidadãos comuns.

Robert Dahl (1961), um dos autores mais proeminentes da corrente teórica pluralista nos estudos de políticas públicas, fundamentou essa discussão, demonstrando que, embora o poder não seja distribuído de maneira igualitária, suas fontes são amplamente distribuídas entre os indivíduos e grupos dentro da sociedade. Segundo sua perspectiva, apesar de nem todos os grupos de interesse terem o mesmo nível de influência, até mesmo os grupos menos poderosos seriam capazes de fazer suas vozes serem ouvidas em algum momento do processo decisório (HILL, 2005).

De outra sorte, Calmon e Costa (2007) dispõem que em geral, a literatura traz à baila o valor de diversos atores relacionados ao Estado, ao mercado e à sociedade civil nos processos de políticas públicas.

Para esta divisão, Secchi (2013, p. 100) destaca que os atores podem ser divididos em dois grupos, os atores **individuais**, que são pessoas que agem intencionalmente em uma arena política, e os atores **coletivos**, que são os grupos e as organizações que agem intencionalmente em uma arena política.

Como destaca Secchi (2013, p. 100) “um mesmo ator pode ter diferentes interesses em contextos ou em diferentes fases do processo de elaboração de política pública, da mesma forma que atores de uma mesma categoria podem ter interesses e comportamentos conflitantes”.

Em sua obra, Secchi (2013, p. 101) parece concordar com as categorias de atores já citadas e acrescenta algumas outras, são elas: atores governamentais: políticos, designados politicamente, burocratas, juízes; atores não governamentais: grupos de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, destinatários das políticas públicas, organizações do terceiro setor e outros *stake holders.*

Com isso, o grupo de atores principais para a matéria deste estudo são representados pelos envolvidos na política pública voltada à PSR em Florianópolis nas mais diversas categorias apresentadas.

3. **FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

3.1 PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS

A base epistemológica norteadora desta tese, adota-se a sociologia da ação que foi desenvolvida de forma maquinal por Weber (1920, 1947) e Simmel (1950, 1982). Essa abordagem aduz que os fenômenos sociais surgem das atitudes, convicções e comportamentos individuais, também é chamada de sociologia interacionista.

Em concórdia, Bergeron (1999) ao comentar sobre o ACF mostra como as políticas de combate à toxicodependência experimentam uma evolução decisiva quando as teorias psicanalíticas são minadas por novos conceitos (convicção), relacionados com o controle dos riscos e a saúde pública.

O paradigma é fundamentado em princípios que precisam de regular validação. Na sociologia da ação, essa validação é essencial. Nos moldes do que ensina Boudon (1995) nessa abordagem, todos os fenômenos sociais, incluindo mudanças nos costumes e crenças, são explicados da mesma maneira, iluminados por dois princípios, o individualismo metodológico e a racionalidade.

As obras clássicas que servem como base para a sociologia da ação são "L'Ancien Régime et la Révolution" de Tocqueville (1856) e "A Ética Protestante e o Espírito do

Capitalismo" de Weber (1920). Essas obras compartilham uma visão geral no âmbito da sociologia, em contraste com abordagens que se concentram em grupos específicos.

Com isso, a visão enfoca um lado mais orientado para levar em conta os saberes, crenças e conhecimentos associados à ação, decisão ou compreensão, no âmbito do que Boudon (1995) tem chamado de “sociologia cognitiva”, consubstanciada na consideração das “boas razões” dos indivíduos.

Conforme aludem Oliveira e Hassenteufel (2021), a aproximação com a sociologia cognitiva de Raymond Boudon que entra no universo das crenças, da ideologia e dos sistemas de razões, essas correntes destacam, as dimensões “concretas” da ação e sua possibilidade de relação com o conhecimento. Aduzem também que os utilizadores do individualismo metodológico, aplicam especialmente essa visão nos estudos de políticas públicas.

Analisar o agrupamento desses indivíduos complexos sob esta ótica sociológica busca o embasamento do referencial teórico proposto neste estudo, já que ante a ACF há a necessidade de organizar as coalizões por crenças, convicções, interesses, comportamentos individuais para enfim propor “uma explicação do comportamento desses atores ideais típicos” Boundon (1995, p. 60).

Boudon (1995) elucida que a sociologia interacionista postula que o comportamento humano é, em sua essência, passível de compreensão, disso advém o conceito de racionalidade utilizado. Contudo, essa compreensão não implica necessariamente o acesso imediato às motivações subjacentes. Pelo contrário, frequentemente, tais motivações precisam ser inferidas por meio da análise cruzada de informações, de forma análoga ao que ocorre em investigações policiais.

Dito isso, busca-se a inspiração epistemológica apresentada para sobretudo financiar o escrutínio do problema desta tese, que é evidenciar como ocorre as diversas coalizões de defesas envolvidas na formulação da política pública das PSR e observar suas estratégias de ação coletivas em Florianópolis.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa segue a estratégia de pesquisa do estudo de caso de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa, tendo como meios de investigação

a pesquisa documental, bibliográfica, de campo (entrevistas), e triangulação entre métodos e com dados secundários, além da análise de conteúdo como técnica de análise.

Nesse sentido, a pesquisa de cunho qualitativa, oferece explicações sobre processos em contextos locais identificáveis, flexibilizando assim, a adequação da estrutura teórica do estudo realizado como alude Vieira (2004), promovendo uma compreensão maior dos significados e de características de determinadas situações conforme ensinam Richardson e Peres (1999).

Com intuito de corroborar com a definição da abordagem qualitativa, segue-se os ensinamentos de Jenkins-Smith e Sabatier (1993), porquanto no livro "Policy change and learning an advocay coalition approach" é informado que o MCD é aplicável tanto em estudos qualitativos, quanto em estudos quantitativos.

O modo de investigação definido foi a pesquisa exploratória e descritiva (campo), na medida que torna possível que estudos posteriores utilizem procedimentos metodológicos complementares e que outras ideias emerjam (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013)

A validação da pesquisa de campo se dá pela identificação de um problema, pois ao adentrar na observação da realidade, ao questionar e, principalmente, ao receber com precisão as respostas do campo - tanto do Estado, do setor de assistência à saúde quanto dos atores envolvidos - é possível preencher de forma satisfatória as lacunas teóricas deste trabalho.

Para fundamentar teoricamente, pretende-se realizar uma pesquisa bibliográfica e documental, pois esse levantamento enriqueceu o conteúdo da análise e, principalmente, garante a triangulação proposta. Além disso, a pesquisa é descritiva, pois em cada passo metodológico buscou-se estar alerta, investigativo e próximo do objeto.

Por conseguinte, sob a visão de um dos criadores do MCD Sabatier (1993), serão analisados documentos públicos na pesquisa dos dados, porquanto eles aduzem que uma das preocupações dos pesquisadores é validade dos dados e se eles expressam a verdade no conteúdo analisado.

Os autores, sugerem, portanto, que sejam utilizados documentos oficiais que servem para mitigar os efeitos de possíveis comportamentos contextuais. Por isso, dar-se-á foco nos documentos produzidos no Câmara Municipal e outras entidades oficiais.

Nos moldes do acima apresentado, a entrevista semiestruturada é também uma das técnicas de coletas de dados adotada na pesquisa. O motivo desta escolha é de que a entrevista possibilita a abordagem de temas complexos em profundidade, dos quais, dificilmente, seriam investigados de forma adequada por meio de questionários. (GODOI; BANDEIRA-DEMELLO; SILVA, 2006)

De igual forma, serão estudados os dados quantitativos das PSR emergidas após a publicação da Lei n.º 11.134/24, de modo a utilizar a triangulação com técnica de estatística descritiva que proporciona visão racional do panorama dos impactos na agenda e possíveis avanços práticos na seara de assistência à saúde.

Para isso adota-se o conceito de Zapelini e Feuerschutte (2015), estes nos ensinam que a triangulação entre métodos se refere a estudos que usam dados e métodos adicionais para validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador.

No que toca a análise de dados, será aplicada a técnica de análise de conteúdo para interpretar os achados, pois os catedráticos Jenkins-Smith e Sabatier (1993) salientam que um dos métodos mais apropriados para operacionalizar a análise de conteúdo é basear-se em registos de participação em áreas em que os membros do subsistema (ou os seus representantes) participam regularmente.

Com isso, uma das referências para a devida análise é Bardin (2009), este nos ensina que na análise de conteúdo de caráter qualitativo, deve-se considerar a presença ou ausência de uma característica específica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado excerto do texto.

Ainda, os autores Jenkins-Smith e Sabatier (1993) frisam que a análise de conteúdo como técnica não é nova. Na verdade, tem sido amplamente utilizado por cientistas políticos interessados em investigação em comunicações, políticas judiciais e relações internacionais.

Esse método visa aumentar o nível de objetividade e sistematização da análise, aumentando sua validade, confiabilidade e replicabilidade. A objetividade, nesse contexto, está em buscar transparência na atribuição de categorias ao material bruto, ao mitigar a influência dos vieses pessoais do pesquisador no resultado. (BRYMAN, 2009).

Quadro 1: Síntese dos procedimentos metodológicos

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

ABORDAGEM	MÉTODO	PROPÓSITO	MÉTODOS DE COLETA	MÉTODOS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO
Qualitativa	Estudo de Caso	Exploratório e descritivo	Pesquisa documental, de campo, entrevistas, achados baseados nos fatos e literatura, dados secundários e triangulação entre métodos	Codificação do ACF Análise de conteúdo, Diário de observação das notas taquigráficas, Estatística descritiva

Fonte: elaboração do autor, 2024.

4- CRONOGRAMA

Atividades:	Prazos:	Status:
Iniciar a estruturação da tese	08/08/2024	PENDENTE
Iniciar a pesquisa bibliográfica	08/08/2024	PENDENTE
Iniciar as leituras dos temas "coalizão de defesas", "Ação coletiva" e "PSR"	11/08/2024	PENDENTE
Iniciar os fichamentos dos textos	12/11/2024	PENDENTE
Finalizar as leituras e fichamentos	15/05/2025	PENDENTE
Finalizar a fundamentação teórica	02/06/2025	PENDENTE
Iniciar a contextualização do estudo de caso	03/03/2025	PENDENTE
Finalizar a contextualização do estudo de caso	13/04/2026	PENDENTE
Período para realização da análise dos documentos e entrevistas	01/05 a 30/10/2026	PENDENTE
Período de qualificação/aprovação do projeto pela banca avaliadora/examinadora	01/08/2026 a 30/08/2026	PENDENTE
Período para a formulação do quadro resultado da análise do tema proposto	01/11/2026 a 31/01/2027	PENDENTE
Período para o cruzamento de informações e comparação dos relatórios de avaliação de políticas públicas com base no quadro síntese	01/02/2027 a 30/04/2027	PENDENTE
Revisar e sintetizar os dados	01/05/2027 a 15/05/2027	PENDENTE
Aprimorar a tese	15/05/2027	PENDENTE
Finalizar a tese	31/05/2027	PENDENTE
Defesa	-	PENDENTE

Quadro 2: Orçamento da pesquisa

ORÇAMENTO	
ITEM DE CUSTO	VALOR ORÇADO
1) Viagens	R$ 900,00
2) Alimentação e hospedagem	R$ 600,00
3) Livros	R$ 1.050,00
4) Fotocópias	R$ 720,00
5) Encadernações	R$ 250,00
6) Outros	R$ 500,00
TOTAL	R$4.020,00

Fonte: elaboração do autor, 2024.

REFERÊNCIAS

BARDIN, LAURENCE. Análise de conteúdo. 4. ed. rev. atual. Lisboa: Ed. 70, 2009. 223 p. ISBN 9789724415062.

BERGERON HENRI, SUREL YVES, VALLUY JÉRÔME. L'*Advocacy Coalition Framework*. Une contribution au renouvellement des études de politiques publiques?. In: *Politix*, vol. 11, n°41, Premier trimestre 1998. Les sciences du politique aux États-Unis. II. Domaines et actualités, sous la direction de Loïc Blondiaux. pp. 195-223. DOI : https://doi.org/10.3406/polix.1998.1718 Disponível em: www.persee.fr/doc/polix_0295-2319_1998_num_11_41_1718 Acesso em 20 de março de 2023.

BOUDON, R. (coord.) Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

BLANCO DE MORAIS, Carlos. O sistema político. Lisboa: Almedina, 2018.

BOBBIO, Norberto. 1909- Dicionário de política I Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf Acesso em 08 de jul, 2023.

BRYMAN, A. Research methods and organizational studies. London: Routledge, 2009.

CALMON, P. C. D. P.; COSTA, M. M. Análise de políticas públicas no Brasil: estudos sobre a formação da agenda governamental. In: ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. Disponível em: http://arquivo.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=NzA3MQ== Acesso em 08 de jul, 2023.

DAHL, Robert A. Who Governs? New Haven: Yale University Press, 1961.

DIAS, R. B. A política científica e tecnológica latino-americana: relações entre enfoques teóricos e projetos políticos. Dissertação de Mestrado. Campinas: IG/UNICAMP, 2005.

DUVERGER, MAURICE. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Livro I.

FLORIANÓPOLIS (SC). Lei Nº 11.134, de 01 de março de 2024. Dispõe sobre a internação humanizada no município de Florianópolis e dá outras providências. Diário Oficial, Florianópolis, SC.

FLORIANÓPOLIS (SC). Decreto nº 26.108, de 04 de março de 2024. Regulamenta a lei nº 11.134, de 2024, que dispõe sobre a internação humanizada no município de florianópolis e dá outras providências. Diário Oficial, Florianópolis, SC.

FLORIANÓPOLIS aprova internação forçada de pessoas em situação de rua, Agência Brasil, 19 de fev. de 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-02/florianopolis-aprova-internacao-forcada-de-pessoas-em-situacao-de-rua#.

GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do Neo-Institucionalismo. Lua Nova, n. 58, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

HILL, Michael. The Public Policy Process. Harlow: Pearson Education, 2005.

HUNTER, F. Community Power Structure: A Study of Decision Makers. New York: Anchor Books, 1953.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JENKINS, W. Policy Analysis: A Political and Organizational Perspective. London, Martin Robertson, 1978.

KINGDON, John W . Agendas, alternatives, and public policies. 2nd ed. atual. New York, NY: Longman, c2011. 273 p. (Longman classics in political science). ISBN 9780205000869 (broch.), 1995.

LINDBLOM, C. E. O processo de decisão política. Brasília. EdUnB,1981.

LISBOA, Luana. CONTRÁRIO AO STF Florianópolis aprova PL para internação forçada de pessoas em situação de rua. Consultor Jurídico, 15 de fev. de 2024. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2024-fev-15/camara-de-florianopolis-aprova-pl-para-internacao-forcada-de-pessoas-em-situacao-de-rua/

MARCH, J. G., & SIMON, H. A. (1972). Teoria das organizações Rio de Janeiro: FGV.

MILLS, C. W. (1956). The power elite. Oxford University Press.

OLIVEIRA, JOÃO REZENDE ALMEIDA. Instituições de Direito Público e Privado. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC: [Brasília]: CAPES: UAB,2010.

OLIVEIRA, A.P. As mudanças na política de saneamento de Belo Horizonte no período de 1993 a 2004: uma análise a partir do modelo de coalizão de defesa. Tese de Doutorado, Belo Horizonte. UFMG, 2011.

OLIVEIRA, OSMANY P. DE; HASSENTEUFEL, PATRICK. Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. tradução por Escola Nacional de Administração Pública. -- - Brasília : Enap, 2021. - 461 p.

OLIVEIRA, L. J. R. Incubadoras universitárias de empresas e de cooperativas: contrastes e desafios. Dissertação de Mestrado. Campinas: IG/UNICAMP, 2003.

OLSON, M. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SABATIER, P.A. The Advocacy Coalition Structure: Reviews and Disclosures. In Theories of the Political Process. 1998.

SABATIER, P. A; JENKINS-SMITH, H. An advocacy coalition model of policy change and the role of policy orientated learning therein. Policy Sciences, n. 21, p. 129-168, 1988.

_____. Policy Change and Learning: the advocacy coalition approach. Westview Press, Boulder, 1993.

SABATIER, P. A.; WEIBLE, C. M. The advocacy coalition framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, P. A. (Ed.) Theories of the policy process. Boulder, CO: Westview Press. p. 189-220, 2007.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Mc-Graw-Hill, 2013.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2ª. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SILVA, José Afonso. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.

SILVEIRA, Victor Natanael Schwetter. Racionalidade e organização: as múltiplas faces do enigma, 2007.

WEIBLE, CM, SABATIER, PA AND JENKINS-SMITH, HC. The Advocacy Coalition Structure: Innovation and Enlightenment. In Theories of the Political Process, 2010.

WEIBLE, C. M., SABATIER, P. A.; McQUEEN, K. Themes and Variations: Taking Stock of the Advocacy Coalition Framework. The Policy Studies Journal, v. 37, n. 1, 2009.

_____. Coalitions, science, and belief change: comparing adversarial and collaborative policy subsystems. The Policy Studies Journal, v. 37, n. 2, 2009.

VIEIRA, M.M.F. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004

YIN, Robert k. Pesquisa qualitativa do início ao fim, Porto Alegre : Penso, 2016. e-PUB

WEBER, Max. Ciência e Política duas vocações, Ed. 14, 2007. Traduzido por Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. Disponível em https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/167054/mod_folder/content/0/WEBER%2C%20Max.%20Ci%C3%AAncia%20e%20Pol%C3%ADtica%2C%20Duas%20Voca%C3%A7%C3%B5es.pdf?forcedownload=1. Acesso em 07 de jul, 2023.

WEBER, Max, 1864- 1920. Aética protestante e o ‘espírito” do capitalismo. Tradução José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo António Flávio Pierucci. — São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Zappellini, M. B., FEUERSCHÜTTE, S. G. (2015). O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. *Administração: Ensino E Pesquisa, 16*(2), 241-273. https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.238

ZAHARIADIS, Nikolaos. Markets, States, and Public Policy. Privatization in Britain and France. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1995.